



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
Instituto de Educação Josué de Castro

Curso de Licenciatura em História

José Clóvis Moreira Fagundes

**Acampamentos Rotativos do Rio Grande do Sul e suas Implicações na Luta
pela Terra**

Veranópolis

2017

José Clóvis Moreira Fagundes

**Acampamentos Rotativos do Rio Grande do Sul e suas Implicações na Luta
pela Terra**

Trabalho de conclusão de curso de graduação
em Licenciatura em História de Universidade
Federal da Fronteira Sul
Orientador: Adalberto Floriano Greco Martins

Veranópolis

2017

JOSÉ CLÓVIS MOREIRA FAGUNDES


“ACAMPAMENTOS ROTATIVOS NO RS
E SUAS IMPLICAÇÕES NA LUTA PELA TERRA”

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado como requisito para obtenção de grau de Licenciado em História da Universidade Federal da Fronteira Sul


Orientador: Prof. Adalberto Greco Martins

Este trabalho de conclusão de curso foi defendido e aprovado pela banca em:


Banca examinadora: 25/11/2017



Prof. Adalberto Greco Martins



Prof. Marcio Antônio Both da Silva



Prof. Álvaro Anacleto

PROGRAD/DBIB - Divisão de Bibliotecas

Fagundes, José Clóvis Moreira

Acampamentos Rotativos do Rio Grande do Sul e suas
Implicações na Luta pela Terra/ José Clóvis Moreira
Fagundes. -- 2017.

49 f.:il.

Orientador: Adalberto Floriano Greco Martins.

Trabalho de conclusão de curso (graduação) -
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de História
, Erechim, RS , 2017.

1. MST. 2. Acampamentos Rotativos no RS. 3. Questão
Agrária. I. Martins, Adalberto Floriano Greco, orient.
II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

RESUMO

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, hoje organizado em 23 estados do país mais Distrito Federal, tem entre seus objetivos a luta pela Reforma Agrária. Dessa forma, vem desde a década de 1980, organizando acampamentos massivos. No estado do Rio Grande do Sul, alguns fatores influenciaram para que no final da década de 2000 a população perdesse o interesse nos acampamentos, tendo o MST do estado que repensar uma nova forma de acampamento chamado de “acampamentos rotativos”, com intencionalidade de massificar e aumentar o número de famílias acampadas no estado. A repressão do Estado como forma de desmobilizar o MST no Rio Grande do Sul foi um dos fatores que mudou essa correlação de força. Além disso, o ciclo neodesenvolvimentista, trouxe mudanças na estrutura econômica da sociedade: a nova condição econômica que permitiu surgir o agronegócio, recolocando uma função econômica para o latifúndio e também que valorizou o poder de compra da classe trabalhadora. Esta política mais estruturada representou o novo pacto de conciliação de classes, onde o capital, em especial o financeiro seguiria ganhando e os trabalhadores avançariam em alguns direitos e benefícios através de programas sociais, aumento real do salário, acesso a moradia entre outros, estes fatores contribuíram para que o MST perdesse massa nos acampamentos, tendo que repensar o processo de luta pela terra e pela Reforma Agrária, e a forma organizativa dos acampamentos do estado.

Palavras chaves: MST, Acampamentos Rotativos, Questão Agrária.

RESUMEN

El Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra - MST, hoy organizado en 23 estados del país más Distrito Federal, tiene entre sus objetivos la lucha por la Reforma Agraria. De esta forma, viene desde la década de 1980, organizando campamentos masivos. En el estado de Rio Grande do Sul, algunos factores influenciaron para que a finales de la década de 2000 la población perdiera el interés en los campamentos, teniendo el MST del estado que repensar una nueva forma de campamento llamado "campamentos rotativos", con intencionalidad de masificar y aumentar el número de familias acampadas en el estado. La represión del Estado como forma de desmovilizar el MST en Rio Grande do Sul fue uno de los factores que cambió esa correlación de fuerza. Además, el ciclo neodesenvolvimentista, trajo cambios en la estructura económica de la sociedad: la nueva condición económica que permitió surgir el agronegocio, recolocando una función económica para el latifundio y también que valorizó el poder adquisitivo de la clase trabajadora. Esta política más estructurada representó el nuevo pacto de conciliación de clases, donde el capital, en especial el financiero seguiría ganando y los trabajadores avanzar en algunos derechos y beneficios a través de programas sociales, aumento real del salario, acceso a la vivienda entre otros, estos factores contribuyeron para que el MST perdiera masa en los campamentos, teniendo que repensar el proceso de lucha por la tierra y la Reforma Agraria, y la forma organizativa de los campamentos del estado.

Palabras clave: MST, Rotary Camps, cuestión agraria.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	4
Capítulo 1: Conjuntura agrária.....	6
1.1- O neoliberalismo.....	6
1.2 O Neodesenvolvimentismo	8
1.3 O agronegócio: surgimento e implicações no campo brasileiro.....	12
Capítulo 2 : lutas, repressão e conquistas.....	16
2.1 Os desgarrados da terra	16
2.2 Acampamentos como alternativa da luta pela terra: O surgimento do MST	19
2.3 Massificação	23
2.4 O MST e a luta pela terra no estado do RS	24
Capítulo 3 Acampamentos Rotativos	31
3.1 Criação e finalidade	31
3.2 Famílias acampadas e seus objetivos com o acampamento.....	32
3.3 Acampamentos rotativos em seus limites e potencialidades	33
CONSIDERAÇÕES FINAIS	35
REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS	38
ANEXOS:	42

INTRODUÇÃO

O presente trabalho trás análise de algumas questões as quais deram as bases para a reformulação na organicidade dos acampamentos no estado do Rio Grande do Sul (RS), trazendo elementos do final da década 1980 aos dias atuais. Dessa forma o trabalho abrange estudo da conjuntura agrária, bem como análises do período neoliberal e do neodesenvolvimentista e suas interferências na sociedade brasileira. Bem como a influência no processo de luta pela terra e a massificação dos acampamentos do MST do RS.

O trabalho foi realizado diante de visitas nos acampamentos localizados nas cidades de Passo Fundo e Charqueadas, bem como fontes de autores da área agrária e documentos encontrados na internet. Tem como finalidade compreender os processos conjunturais que levou ao descenso de massas nos acampamentos do MST no RS, a formulação e finalidade, também do funcionamento dos acampamentos rotativos e seus limites e potencialidades.

O trabalho está dividido em três capítulos, sendo o primeiro capítulo “Conjuntura agrária”, que trás para discussão o histórico agrário compreendido dentro do período de pesquisa, tendo como objetivo a compreensão do surgimento e implicações do neoliberalismo no período de Fernando Henrique Cardoso, bem como do neodesenvolvimentismo do período do governo de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff. Ainda nesse capítulo é trabalhado o agronegócio, seu surgimento e implicações no campo brasileiro, pois as mudanças na economia e na política foram severamente afetadas por transformações derivadas deste processo.

No capítulo seguinte os temas abordados vêm de encontro com a conjuntura que possibilitou a organização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, percorrendo sobre o êxodo rural, o excesso de mão de obra ociosa nas cidades elevando o índice de desemprego e o acampamento como uma alternativa para as famílias carentes. Um dos temas abordados trás um olhar específico da luta pela terra do estado do Rio Grande do Sul – RS, o qual dá a base para compreendermos o tema do trabalho em questão, pois é neste momento que passamos a ter uma dimensão mais clara sobre os fatos ocorridos no estado e reflexões tidas pelo MST, os quais darão a base para a nova formulação política do MST do RS na elaboração de uma nova estratégia na organização de alguns

acampamentos como forma de experiência, visando à massificação e maior participação nas lutas e mobilizações no estado, entre eles o acampamento de “Charqueadas” e o de “Passo Fundo”, os quais são objetos desta pesquisa.

Por fim, na sequência trás elementos para que possamos compreender a criação e a finalidade dos acampamentos rotativos, como são organizados, alguns limites e potencialidades visando os objetivos do MST e a organização da luta pela terra.

Capítulo 1: Conjuntura agrária

1.1- O neoliberalismo

No período Neoliberal, comandado Governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), principalmente em seu primeiro mandato a lógica de privatização de empresas estatais e da importação generalizada, colocou em crise o setor patronal da agricultura que passa a ser desvalorizada e endividada, facilitando a compra da terra por empresas que passam a investir no Brasil.

O campo brasileiro passa a ser alvo de grandes empresas e corporação, parte devido às riquezas naturais, solo, minerais e água, parte devido ao clima favorável para determinadas cultura. As empresas de celulose, por exemplo, a Aracruz, Votorantim, Stora Enzo, passam a disputar os pedaços de terra no país com intuito de monopolizar o mercado, da mesma forma grupos multinacionais como Bayer, Monsanto, Syngenta, potencializam suas formas de atuação no mercado brasileiro disputando os territórios agricultáveis.

Os grandes grupos econômicos do hemisfério Norte, diante da crise, das baixas taxas de juros por lá praticadas (ao redor de 0,2% ao ano), da instabilidade do dólar e de suas moedas, correram para a periferia buscando proteger seus capitais voláteis através da aplicação em ativos fixos como terra, minérios, matérias-primas agrícolas, água, territórios com elevada biodiversidade, investimentos em setores produtivos e na produção agrícola e também no controle de fontes de energias renováveis, como hidrelétricas ou usinas de etanol. (Stédile, 2013. Pg 23)

No final dos anos 1990 e início da década de 2000, o mundo vivenciará uma expansão econômica, puxado pela China, Estados Unidos da América, e outros emergentes como a Índia. Este crescimento aqueceu o preço de todas as commodities¹, tanto agrícolas como minerais. Induzindo Fernando Henrique Cardoso,

¹ commodities são mercadorias padronizadas produzidas em larga escala, para fins de exportação, geralmente matéria prima. Commodities agrícolas se destacam a soja, trigo, milho, algodão, café entre outros. Commodities minerais: minério de ferro, alumínio, petróleo, ouro, níquel, prata, etc.

em seu segundo mandato mudar a política econômica, desvalorizando a moeda (Real), proporcionando condições para as exportações de produtos primários, aproveitando-se do aquecimento dos preços internacionais destas commodities. Foi assim que se criou a base material/econômica para o surgimento do agronegócio no Brasil e com ele intensificar o processo de concentração de terra. Este processo econômico aqueceu os preços de terras no Brasil, elevando-o e politicamente blindou as terras devolutas e ou improdutivas das conquistas do MST. Estas terras foram protegidas para futura expansão destes negócios – celulose, soja, açúcar/álcool, entre outras.

Dessa forma, ainda que tal política voltada para exportação contribua para elevar a o nível da reserva cambial² a economia de médio e longo prazo possui efeitos colaterais de grave impacto na população. Pois tal forma de manejo exclui o trabalhador do campo à medida que avança a concentração fundiária, empurrando de forma marginalizadora milhões de famílias camponesas para as cidades, famílias estas que em sua grande maioria passam a fazer parte do exército de reservas³ para as fábricas e indústrias principalmente dos grandes centros comerciais.

Deve-se ressaltar que passa a acontecer o por assim dizer, “inchaço” da população urbana, sem trabalho, sem renda, sem possibilidades de tornarem-se consumidores ativos devido a falta de emprego, passam a ser marginalizados, excluídos, desprovidos de direitos básicos como saúde, educação, alimentação de qualidade, entre outros.

²As reservas cambiais refletem o montante de moeda estrangeira (e ouro) acumulado pelo país. O resultado do Balanço de Pagamentos, que reflete o resultado monetário das transações de bens e serviços realizadas pelos brasileiros com o exterior (saldo em transações correntes), assim como o fluxo de capitais entre o país e o exterior (sejam empréstimos, financiamentos, aplicações em mercado financeiro, investimento direto em plantas industriais, etc),

³ O exército de reserva corresponde à força de trabalho que excede as necessidades da produção. Para o bom funcionamento do sistema de produção capitalista e garantir o processo de acumulação de capital, parte da população ativa precisa estar permanentemente desempregada. Esse contingente de desempregados atua, segundo a teoria marxista, como um inibidor das reivindicações dos trabalhadores e contribui para o rebaixamento dos salários.

1.2 O Neodesenvolvimentismo

Já no final da década de 2000, se apresenta uma nova estrutura conjuntural na realidade do campo e cidade no Brasil, tal conjuntura teve grandes influências na vida dos brasileiros/as e movimentou de forma bastante acentuada a luta de classes, bem como, as formas dos embates no campo político e ideológico travado no país.

O novo ciclo neodesenvolvimentista, que tem características bem distintas do ciclo anterior, neoliberal. Pois teve duas mudanças na estrutura econômica da sociedade, a condição econômica que permitiu surgir o agronegócio, recolocando uma função econômica para o latifúndio e a política neodesenvolvimentista, que valorizou o poder de compra da classe trabalhadora. Esta política mais estruturada representou o novo pacto de conciliação de classes, onde o capital, em especial o financeiro seguiria ganhando e os trabalhadores avançariam em alguns direitos e benefícios como aumento real do salário mínimo, acesso a moradia, a universidade, bolça família entre outros programas sociais.

Esse modelo neodesenvolvimentista desenvolvidos nos governos de Lula e Dilma modificaram profundamente um dos aspectos do governo neoliberal de FHC, pois fortaleceram economicamente as empresas estatais e puseram um Estado mais soberano frente a economia, alguns programas como Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) que articulou os investimentos das empresas estatais, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), e dos recursos do orçamento geral da União, a economia brasileira cresceu, gerando PIB's na ordem de R\$ 4 trilhões, passando a ser a sexta economia do mundo.

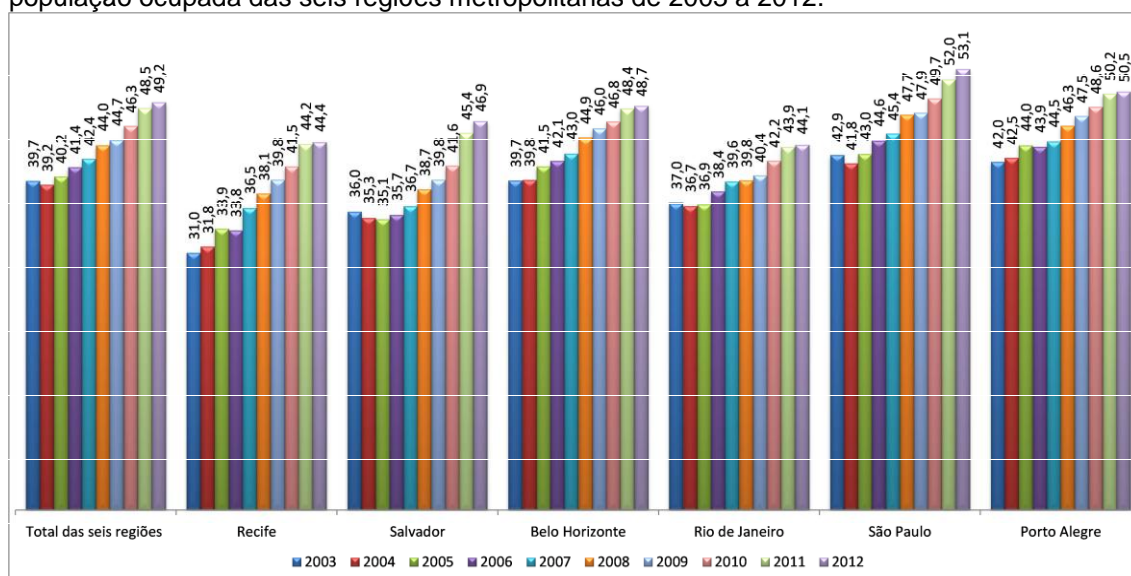
Tal crescimento refletiu diretamente em geração de empregos e aumento real da renda familiar dos trabalhadores, tendo para além, programas assistencialistas que subsidiava a alimentação e moradia para famílias carentes e de baixa renda, movimentando a economia nacional e local, impulsionando a produção de alimentos e aquecendo o mercado interno, movimentando de forma positiva a economia do país. Além disso, o alto investimento na indústria e também setor do agronegócio. Esse conjunto de ações atendeu os interesses tanto da elite agrária, industrial como da classe trabalhadora.

Podemos observar a valorização do salário mínimo ocorrido no país⁴, esse aumento valorizou o poder de compra dos brasileiros/as, da mesma forma acompanhado pela qualidade de vida, a medida que está diretamente ligada ao poder aquisitivo do cidadão.

O aumento real tido na valorização do salário proporcionou gradativamente junto a ele, o aquecimento da economia brasileira, pois, naturalmente há mais moeda circulando no país, mais produtos sendo adquiridos pelos trabalhadores/as, mais pessoas empregada para suprir tais demandas de consumo, movimentando de forma positiva a indústria e o comércio.

O gráfico a seguir mostra a evolução da proporção de empregados com carteira assinada no setor privado na população ocupada, para o total das seis regiões metropolitanas de 2003 a 2012.

Distribuição percentual (%) de trabalhadores com carteira assinada no setor privado na população ocupada das seis regiões metropolitanas de 2003 a 2012.



FONTE: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Mensal de Emprego.

O índice de emprego de carteira assinada nos setores privados que passa a subir constantemente após o ano de 2004 segundo a primeira coluna que demonstra o índice do total das seis regiões, é sem dúvida o reflexo positivo da economia

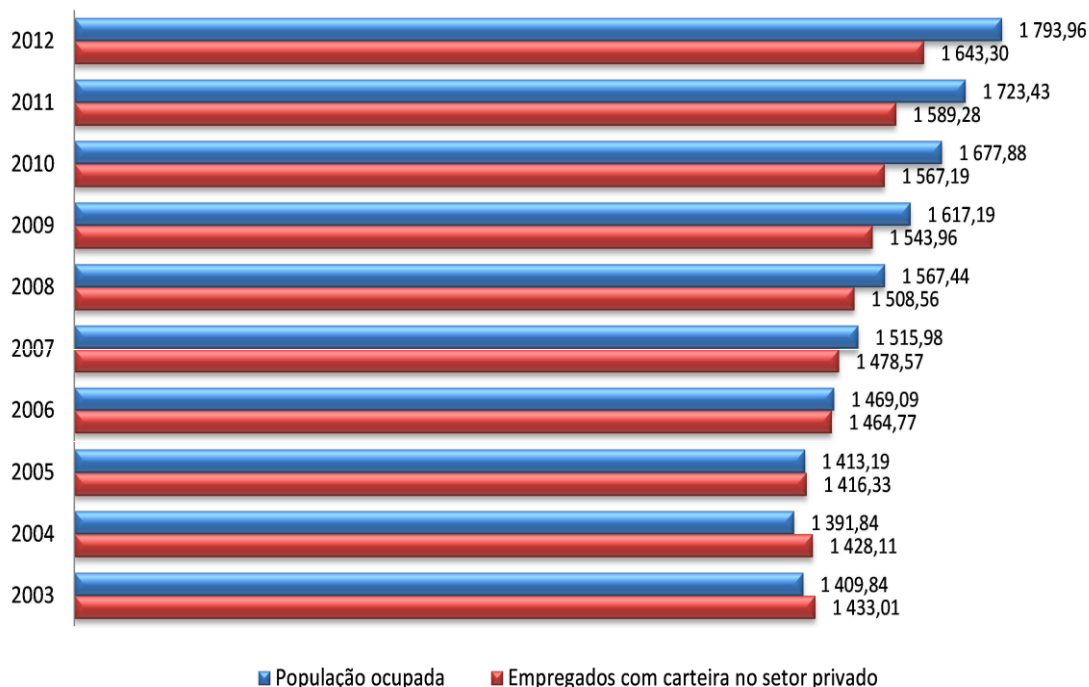
⁴ Conforme tabela de evolução dos valores nominais do salário mínimo e teto a partir de 09/1994, disponível em anexos deste trabalho (Anexo1).

brasileira que se manteve aquecida no decorrer deste período, garantindo emprego e renda a população e investimentos para os industriais bem como aos ligados aos setores agrícolas.

Em 2012, 84,8% dos empregados encontravam-se no setor privado. Destes, 82,4% possuíam carteira de trabalho assinada. Em 2003, o percentual desses empregados com carteira era de 71,9%, atingindo, portanto, crescimento de 10,5 pontos percentuais ao longo de dez anos. (Portal Brasil, Economia e emprego 30/04/2013 17h38. 2014)

O rendimento médio real habitualmente recebido pela população ocupada e pelos empregados, com carteira no setor privado, em reais, a preços de dezembro de 2012, se elevou consideravelmente em relação aos anos anteriores, o que demonstra também que o setor privado vem por um lado contratando mais e ocupando cada vez mais uma parcela da sociedade e ao mesmo tempo pagando melhores salários aos seus empregados.

2003-2012



FONTE: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Mensal de Emprego.

Cabe ressaltar que, entre 2003 e 2005, o rendimento real dos empregados com carteira no setor privado ultrapassava o da população ocupada. A partir

de 2006, essa relação se inverteu, com o valor do rendimento da população ocupada superando o dos empregados com carteira no setor privado. O elevado percentual de aumento do rendimento da população ocupada total foi, fundamentalmente, impulsionado pelo crescimento do rendimento dos trabalhadores por conta própria e dos empregados sem carteira no setor privado que, de 2003 a 2012, alcançaram ganhos de 39,4% e 42,8%, respectivamente. (Portal Brasil, Economia e emprego 30/04/2013 17h38. 2014)

Outro fator que influenciou diretamente na vida e na economia dos brasileiros foram os programas assistencialistas promovidos pelos governos petistas, como a Bolsa Família lançado em outubro de 2003, pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, com o objetivo de minimizar a pobreza extrema existente no Brasil.

O impacto mais imediato do Programa Bolsa Família sobre os cidadãos brasileiros beneficiados é possibilitar a conquista do primeiro grau dos direitos fundamentais: o direito à alimentação adequada ou, em palavras mais firmes e brasileiras, o direito à comida. (Weissheimer, 2010. P 11)

Ao longo dos anos o programa foi sendo ampliado, ainda que com algumas críticas, acabou se tornando um programa reconhecido mundialmente por sua eficácia no combate a fome. Tendo como público alvo famílias de baixa renda de todo o território nacional. Ainda que ocupe uma porcentagem do PIB muito pequena, tem sido vista como um programa fundamental e importante para a população pobre do país.

O governo ampliou o número de famílias beneficiadas pelo Bolsa Família de 3,6 milhões em 2003 para 13,8 milhões (quase 50 milhões de pessoas) em 2013, com uma despesa total passando de R\$ 570 milhões em 2003 para R\$ 18,5 bilhões este ano. Ainda assim, o programa tem um peso modesto nas finanças públicas, abocanhando menos de 0,5% do PIB. Desde a sua criação, o Bolsa Família já beneficiou cerca de um quarto da população brasileira. (<http://opiniaoenoticia.com.br>)

Além do Bolsa Família, outro programa que vem de encontro à discussão de ações que efetivou o governo federal rumo a conquistas sociais, foi o Programa Minha Casa Minha Vida, o qual distribuiu casas populares a população carente que

sofria de tal demanda para moradia. Desde o início em 2009 até maio de 2015, foram liberados R\$ 139,6 bilhões em financiamentos dos bancos, principalmente da Caixa Econômica Federal. O governo ainda investiu R\$ 114,9 bilhões em subsídios para famílias de menor renda. Atingindo mais de 3,857 milhões de moradias segundo site (www.brasil.gov.br/infraestrutura/2015/05/minha-casa-minha-vida).

1.3 O agronegócio: surgimento e implicações no campo brasileiro

O agronegócio, nome dado a esse sistema de produção agrícola se caracteriza pela necessidade de latifúndios organizados na forma de monocultura da produção, gera alta produtividade de commodities, possui a ação do mercado financeiro internacional, depende de pequeno contingente humano para mão de obra do trabalho e mecanização agrícola pesada, além do uso abusivo de agrotóxicos, dependente de sementes geneticamente modificadas e causa forte agressão ao meio ambiente, degradando o solo e poluindo as águas. Esse é o modelo que passa a entrar com força na estrutura agrária do país, principalmente nos anos finais da década de 1990 e início da década de 2000.

Observe-se que agronegócio na acepção brasileira do termo é uma associação do grande capital agroindustrial com a grande propriedade fundiária²⁰. Essa associação realiza uma estratégia econômica de capital financeiro, perseguindo o lucro e a renda da terra, sob patrocínio de políticas de estado. (Delgado, 2004. p,13)

Essa mudança na estrutura agrária brasileira, organizada com base na mecanização, desde tratores mais pesados e com maior capacidade de tração, máquinas de plantar com maior capacidade de plantio em menos tempo, colheitadeiras cada vez maiores e com mais capacidade de carga, pulverizadores e aviões, e a lista segue de maneira extensa, além disso, a necessidade exagerada de agrotóxico, armazéns e silos para secagem. Isso tudo movimenta a indústria de forma muito rápida e ocupa parcela da população antes expulsa do campo e desempregada, agora em uma nova função a servido de transnacionais e

multinacionais ligadas às atividades agrícolas tendo como essência a produção em larga escala para exportação. O ritmo do crescimento elevou de fato o índice de emprego e renda, porém tal constatação se deu apenas nas cidades.

O agronegócio, modelo que tenta tomar conta dos campos brasileiros com a finalidade de aumentar o nível de commodities do país, pondo o Brasil como forte atrativo de investimentos globais, atraindo o mercado financeiro e especulativo que passam a investir e intervir fortemente na questão agrária e na política deste país, pois grandes empresas tem ao longo dos anos garantido forte influência na sociedade brasileira, seja na sua forma de organização na agricultura, seja nas manobras jurídicas e legislativas para garantia da manutenção de suas ações e investimentos no campo brasileiro, burlando as leis ambientais e atraindo incentivos fiscais cada vez mais altos financiados pelos governos. Da mesma forma, empresas do ramo passam a financiar campanhas políticas, como em uma troca de favores, e benefícios aparentemente muito rentáveis financeiramente.

Sobre os três poderes da República se insurgiram outros três poderes, impositores do ritmo de funcionamento da ordem e da política, sendo eles: a) O poder das empresas, que financiam as campanhas eleitorais e exigem que o legislativo aprove leis e avance sobre os movimentos com os poderes públicos para impedi-los, não só de receberem, mas de reivindicarem recursos públicos. b) O poder da mídia que se tornou um instrumento formulador da pauta política, com o qual, os grupos divergentes se expõem e obrigam os poderes serviços a agirem repentinamente contra supostos desafetos; c) O poder do crime organizado que se tornou a nova forma de governar, com o qual, novamente as empresas controlam os serviços e os investimentos a serem feitos e os políticos cumprem o papel de legalizadores dos roubos e desvios de verbas públicas repassados para as empresas e colaboradores. (Bogo, outubro 2010. P3)

Tais questões acima citadas, nos leva rumo a reflexão, onde por um lado, o Estado passa a ser controlado pelo capital financeiro e para ele trabalha, tendo uma margem de manobra cuja as estruturas governamentais são compostos por agentes os quais tem como função assegurar leis em proveito de grandes empresas, muitas vezes causando muitas ações ilícitas ou criando manobras para legitimar tais ações.

Além do domínio do ciclo dos cultivos, variando o domínio desde a compra da semente, os insumos e defensivos agrícolas, a colheita com o pagamento dos royalties, que é uma espécie de pagamento por ter usado a semente pertencente a uma determinada empresa.

Este domínio do ciclo de produção vem prendendo o agricultor a empresa, pois o forte investimento destas empresas em hibridismo das sementes e o repasse das mesmas para os produtores fazem destes “reféns” de um projeto de domínio no campo brasileiro. Este modelo voltado para a exportação passa a ganhar espaço de forma muito rápida, ocupando os territórios antes ociosos ou improdutivos, e até mesmo ocupados por outras culturas. Pois os investimentos na área proporcionou um impulso na produção em larga escala de produtos como soja, milho, trigo, cana de açúcar e celulose.

De plano, constata-se que, nesse período, as culturas com maiores pesos na alimentação popular perderam espaço na área agrícola total com lavouras temporárias. A área plantada com trigo, arroz, feijão e mandioca que no conjunto correspondia a 32% da área total em 1990, declinou para 15% em 2012. Em sentido oposto, a área plantada com soja passou de 25% para 40%, ou seja, uma expansão na exata medida da redução da área das quatro culturas antes mencionadas.

Na atualidade (2012) as áreas plantadas com soja, cana e milho representam 79% da área total plantada com lavouras temporárias. (TEIXEIRA, 2014, p 4)

Pois o crédito facilitado para plantios de larga escala no processo de monocultura, atrai não só a classe fundiária que passa a se aproveitar para expandir seu território tanto de plantio como de domínio, adquirindo assim novas porções de terra e maquinário de ponta para agilizar o processo de plantio e colheita, mas também outros setores como o industrial, comercial e os bancários, que estão envolvidos na expansão de commodities.

Deve-se ressaltar que tal modelo contribuiu para a transição de produção de muitos pequenos agricultores, pois o financiamento de plantio da monocultura em pequenas e médias propriedades nos anos 2000 também passa a crescer, e uma massa de pequenos agricultores que migraram para a monocultura e ainda se mantem com ela. É isto que explica a redução da área plantada de feijão, arroz, mandioca, entre outros alimentos. Bem como, explica a redução do número de contratos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), para estas culturas de alimentos, e também a expansão no número de contratos de soja dentro do mesmo programa.

Do Plano Safra 2002/2003 ao Plano Safra 2010/2011, o volume de recursos oferecidos por meio do Pronaf para custeio e investimento subiu de R\$ 2,4 bilhões na safra 2002/03 para R\$ 16 bilhões, um crescimento de 572%. O número de contratos avançou de 890 mil para mais de 2 milhões/ano safra. Segundo dados do plano safra da agricultura familiar 2010/2011. Na safra 2014/2015 o valor liberado subiu para 24,1 para custeio e investimentos. Informações disponíveis no site <http://www.agricultura.pr.gov.br>.

No dia 27 de maio de 2014, Dilma Rousseff tratou sobre o Plano Agrícola e Pecuário para a safra 2014/2015, no "Conversa com a Presidenta⁵", expondo os valores que o governo ira destinar para o setor do agronegócio, valores muito acima do destinado para a agricultura familiar que terá a sua disposição 24,1 bilhão enquanto o agronegócio terá um investimento de 132 bilhões a mais.

Na semana passada, meu governo lançou o Plano Agrícola e Pecuário para a safra 2014/2015. São R\$ 156,1 bilhões para financiar a nossa produção agrícola e pecuária, quase 15% a mais que na safra passada. É um investimento do tamanho do agronegócio brasileiro. A cada ano temos ampliado os recursos para o setor. O total de crédito a ser liberado nesta próxima safra é 10 vezes o montante oferecido na safra 2001/2002 (<http://www.brasil.gov.br/governo/2014>)

Para cobrir as divida obtidas com financiamentos feitos por pequenos e médios produtores, tal fato contribuiu para o endividamento dos proprietários destas áreas que em sua maioria põem a terra como garantia dos valores financiados pelos bancos para realizar o plantio. Em muitos casos a terra passa a ser tomada como ressarcimento de tais valores e revendida pelos credores aos latifundiários da região. Dessa forma, a concentração fundiária passa a crescer de forma acentuada, diminuindo assim o número de pequenos agricultores em muitas regiões.

Assim, a alternativa de muitos destes ex-proprietários de pequenas porções de terra passa a ser a busca por ocupar um lugar no mercado de trabalho em empresas nas cidades ou acabam por virar mão de obra assalariada no meio rural.

⁵ Conversa com a presidenta era um coluna semanal onde Dilma Rousseff abordava temas variados sobre seu governo.

O aumento de financiamentos cria-se um ciclo onde acontece o aumento na compra de maquinários agrícola que por sua vez impulsiona as indústrias e as contratações de novos funcionários para dar conta da demanda para o mercado consumidor em expansão. Esse processo passa a dar ocupação a muitos trabalhadores desempregados das cidades, no campo, o aumento da criação de silos para secagem e armazenamentos de grãos também passa a ocupar parte dos desprovidos dos meios de produção que são agora assalariados das empresas que ocupam este ramo de negócio.

Ramo este, que por sua lucratividade passa a chamar a atenção de grandes corporações como BUGE, SINGENTA entre outras, que passam a disputar e a ganhar os espaços de cooperativas e empresas de menor porte, atraindo para si o domínio sobre as sementes e insumos agrícolas, além de boa parte do processo de produção e comercialização de grão no país.

Capítulo 2 : lutas, repressão e conquistas

2.1 Os desgarrados da terra

O Brasil ainda na década de 2000 continua sendo um país cuja desigualdade social é uma das maiores e mais alarmante do mundo, a concentração da riqueza nas mãos de poucos e muitos com tão pouco e assustadora. No ranking da igualdade social no mundo medida em 2004, o Brasil dos 127 países pesquisados ocupa a posição 120 na tabela do Índice de Gine. O Índice de Gine é um cálculo que nos ajuda a compreender as diferenças sociais dos países.

Na prática, o Índice de Gini costuma comparar os 20% mais pobres com os 20% mais ricos. No Relatório de Desenvolvimento Humano 2004, elaborado pelo Pnud, o Brasil aparece com Índice de 0,591, quase no final da lista de 127 países. Apenas sete nações apresentam maior concentração de renda. (WOLFFENBÜTTEL. 2004. Pg 1)

Um dos fatores que contribui para tal situação é a concentração dos meios de produção por uma pequena parte da população, a qual, mantém sua hegemonia e

dominação não apenas pelos seus bens privados, entre eles os meios de comunicação, mas também como vimos anteriormente, a ligação com os setores públicos é de uma grandeza alarmante e assustadora.

O Brasil continua sendo um dos países com maior concentração de terras do mundo. Em nosso território, estão os maiores latifúndios, ainda que a concentração de terras possua raízes históricas que nos leva a invasão portuguesa, e reafirmada com a lei de terras de 1850, que consolidou a concentração fundiária no país, concentração essa, que em muitos casos deriva do processo e prática da grilagem de terra, onde documentos são forjados para legitimar proprietários de terras devolutas, e em muitos casos serviram também para tomar a área de plantio ocupado por uma ou muitas famílias de colonos. Tal prática ajudou a consolidar e dimensionar o modelo da grande propriedade rural, contribuindo para a formação de pilares da desigualdade social conforme conhecemos hoje.

Nos últimos dez anos, houve um processo acelerado da concentração da propriedade da terra. O índice que mede a concentração da propriedade da terra continua crescendo. O índice de Gini em 2006 estava em 0,854, que é maior inclusive do que o registrado em 1920, quando recém havíamos saído da escravidão. Nas estatísticas do cadastro de imóveis rurais do INCRA vê-se que entre 2003 e 2010, as grandes propriedades passaram de 95 mil unidades para 127 mil unidades. E a área controlada por elas passou de 182 milhões de hectares para 265 milhões de hectares, em apenas oito anos. (MST, 2014. P13)

O INCRA divulgou em junho de 2014 um estudo aprofundado sobre a grilagem de terras no Brasil, o documento foi clamado de “Livro branco da grilagem de terras”. Nele contém de forma detalhada os imóveis recuperados pela união.

Segundo dados do INCRA divulgado em 2014 foram recuperados de terras griladas o equivalente a uma área de 93.620.587 de hectares até 2003, sendo estes provenientes de 3.065 imóveis nos 24 estados do Brasil. Para além desses imóveis citados, (tabela em anexo III), ainda a muito que se fazer.

Este é o primeiro resultado parcial do levantamento que o INCRA vem realizando em todos os Estados brasileiros. Alguns deles não estão ainda contemplados neste documento - alguns porque as respectivas pesquisas ainda não foram concluídas (Jungmann 2014. P 7)

O contingente de famílias que são as sobras do mercado, aquelas que não conseguiram adentrar no mercado de trabalho como assalariados, muitas delas derivadas do processo de exclusão do campo, onde antes eram meeiros ou foram retirados das terras por não ter sua posse legalizada, agora sem empregos e sem muitas alternativas de vida no meio urbano. Para muitos destes trabalhadores/as os quais não conseguiram vender a sua força de trabalho, o desejo de voltar para a roça e exercer a atividade a qual desenvolviam por boa parte de sua vida, dava a motivação para buscar novas alternativas que possibilitassem o retorno à vida no campo.

O analfabetismo entre as comunidades camponesas era grande, este foi outro fator que dificultava o acesso ao mercado de trabalho no decorrer desse processo de migração campo-cidade, pois com a dificuldade na leitura e escrita muitos não possuíam o requisito para determinadas funções fabris.

Analfabetismo na faixa de 15 anos ou mais - Brasil - 1970/2000

ANO	População de 15 anos ou mais		
	Total ⁽¹⁾	Analfabeta ⁽¹⁾	Taxa de Analfabetismo
1970	53.633	18.100	33,7
1980	74.600	19.356	25,9
1991	94.891	18.682	19,7
2000	119.533	16.295	13,6

Fonte: IBGE, Censo Demográfico. Nota: (1) Em milhares

<http://portal.inep.gov.br>

Podemos observar na tabela acima, os índices de analfabetismo no país em suas respectivas décadas, bem como afirmar que temos ao longo dos anos melhorando mesmo com o aumento populacional. No entanto, devemos ressaltar que parte da população analfabeta nos respectivos períodos provém de famílias ligadas a agricultura.

Segundo o diretor de estudos sociais do Ipea, Jorge Abrahão, os dados referentes ao analfabetismo mostram uma "herança" do que o País foi no passado. O analfabetismo é muito centralizado em determinadas regiões. É

muito maior na zona rural do que nas regiões metropolitanas o que revela uma espécie de herança de um período. Com esse estudo, percebemos que o analfabetismo é heterogêneo, está mais forte na região Nordeste, na zona rural e entre a população negra. (portal. inep. gov.br 2008. P1)

Para além de tais dificuldades, as crises enfrentadas pelo país “despejavam” milhões de trabalhadores nas ruas, onde alguns passam a viver de trabalhos temporários sem vínculo com empregadores, ou passam a mendigar pelas ruas, principalmente de grandes centros comerciais, pois desprovidos de recurso materiais como casa para morar e sem emprego, poucas alternativas lhes restam.

2.2 Acampamentos como alternativa da luta pela terra: O surgimento do MST

Sem muitas opções no mercado de trabalho, sem dinheiro para as necessidades básicas como alimentação, saúde, vestuário, sem perspectiva de melhoria de vida. Como em outros períodos históricos, tais fatores tendem a aumentar as tensões em torno da luta de classe, onde os mais desprovidos financeiramente tentam no enfrentamento com os governantes e com classe dominante a garantia de direitos, de acessos aos meios de produção, sendo o mais comum neste caso a luta pela terra.

A fuga da fome, a busca por trabalho, por independência financeira e de subsídios para avançar na qualidade de vida possui suas barreiras, neste caso, o latifúndio. Para quem foi colono e forçado pela circunstância a sair da terra em que cultivava em vista do avanço da mecanização, da monocultura e da grilagem, o sonho de retornar ao espaço em que possui segurança e maior independência é um objetivo forte o suficiente para mobilizar-se com outros que compartilham das mesmas necessidades e desafios.

Entre 1978 e 1979, os camponeses começaram a perder o medo de lutar contra o governo. Embora tenha sido criada em Goiânia, em 1975, a ação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) só se consolidou no Rio Grande do Sul em 1978. (Estud. av. 1997. P 70)

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) teve um importante protagonismo na organização das famílias para a realização das primeiras ocupações no estado do Rio Grande do Sul.

A partir do final dos anos de 1970 as ocupações foram retomadas no Rio Grande do Sul, sempre associadas à instalação de acampamentos com dezenas, centenas de famílias. As primeiras ocupações, organizadas por colonos, tinham forte apoio da Comissão Pastoral da Terra (CPT), vinculada à Igreja Católica. (SIGAUD, 204. P 255 e 256)

O conhecimento de exemplos da luta pela terra e de resistência coletiva foi sem dúvida um aprendizado importante para a organização das famílias acampadas, as experiências já vivenciadas no Brasil por movimentos como o de Canudos e as próprias Ligas Camponesas, bem com o Movimento de Agricultores Sem Terra (MASTER), formam um acúmulo para novas organizações.

Em 1979 centenas de famílias ocupam as granjas Macali e Brilante, no Rio Grande do Sul, pouco depois também há a ocupação da Encruzilhada Natalina em 1981. A partir daí, a correlação de forças começa a mudar, pois a identidade de agricultores sem terra passa a ganhar corpo e simpatizantes, pois passa a representar também um afronte a ditadura e a busca pela democratização da terra.

Nós somos mais de 500 famílias de agricultores que vivíamos nessa área (Alto Uruguai) como pequenos arrendatários, posseiros da área indígena, peões, diaristas, meeiros, agregados, parceiros, etc. Desse jeito já não conseguíamos mais viver, pois trás muita insegurança e muitas vezes não se tem o que comer. Na cidade não queremos ir, porque não sabemos trabalhar lá. Nós criamos no trabalho na lavoura e é isto que sabemos fazer. (...) carta publicada na capa da edição nº 1 do “Boletim Informativo da Campanha de Solidariedade aos Agricultores Sem Terra”.

A citação acima (ver carta em anexo IV), vem a reforçar a extrema dificuldade em que estavam submetidos os camponeses, das cidades no Rio Grande do Sul, e possivelmente, em realidades semelhantes encontravam-se os de todo o país. As ocupações de terras passaram a se intensifica pelo território brasileiro.

A CPT rompia o isolamento das diferentes práticas, realizando contato, visitas e encontros entre sem-terra de diferentes estados. Em 1982, a CPT

organizou encontros regionais em preparação ao primeiro encontro nacional para discutir o crescimento da luta pela terra em todo o Brasil. O primeiro encontro regional aconteceu na cidade de medianeira (PR), nos dias 9 a 11 de julho de 1982, e reuniu cerca de 100 agricultores do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul.(FERNANDES, 2000, p. 75)

Agora, os camponeses que atuavam como Parceiro, que é aquele camponês que não possui a propriedade, mas trabalha com a família e paga uma porcentagem da colheita em troca do uso da terra. Os meeiros, que dividiam a produção com o proprietário da área plantada. Os arrendatários, que arrendavam a terra por um preço fixo. Os posseiros que moravam e cultivam com a família uma determinada área, porém não são proprietários. Os assalariados rurais, cuja não trabalha por conta, mas vendiam sua força de trabalho. Os pequenos agricultores, que moravam com sua família em uma propriedade muito pequena e é proprietário, porém encontrava dificuldades de sustentar a família devido à pequena parcela de terra que tinha a disposição. E os Filhos dos pequenos agricultores que não tinham como se reproduzir como pequeno proprietário de terra. Todos eles, que afetado pela modernização do campo e a monocultura entre outros fatores, buscam na luta pela terra a garantia de uma nova vida, de uma nova condição para a subsistência e o retorno para o campo.

Devo ressaltar que à medida que falta às condições materiais e o desemprego passa a fazer parte da realidade dos brasileiros que não viam como horizonte tornarem-se agricultores, o nível de pobreza passa a ser o motivador para muitas famílias engrossarem os acampamentos em busca de melhores condições de vida e aprenderem a cultivar a terra no decorrer do processo de luta ou após a conquista da mesma.

Em Santa Catarina a primeira ocupação aconteceu no município de Campo Erê, na Fazenda Burro Branco. No Estado de São Paulo, havia um conflito na Fazenda Primavera, no município de Andradina, (...) No Mato Grosso do Sul também proliferaram conflitos, em que os fazendeiros tentavam despejar centenas de famílias que viviam como parceiros nas fazendas e estes mesmos passaram a ocupar as terras. No Paraná, a retomada da luta pela terra se deveu à construção da Barragem de Itaipu, que inundou as terras de mais de mil famílias na região fronteira com o Paraguai (...). Em outros estados como na Bahia, Rio de Janeiro, Goiás, também aconteceram ocupações de terras por parte de famílias que se organizaram para isso, juntando centenas de pessoas. Essas ocupações passaram a ser a forma

típica de efetivação da posse da terra. Não apenas o camponês, mas a sua família: mulher, filhos, parentes. (MOURA, 2000. P 133)

Diante dos objetos e anseios semelhantes das famílias que passaram a ocupar terra no país, também das experiências negativas que teve os movimentos que se organizaram a nível local e regional onde a história nos mostra que foram sufocados e sucumbiram diante da força repressora do Estado. Dessa forma, a organização de um movimento de massas o qual fosse de abrangência nacional e articulada se fazia essencial e necessário para uma organização forte frente aos desafios. Essa reflexão foi amadurecendo ao longo dos anos em que representantes dos diversos movimentos e organizações atuantes nas lutas pela terra juntamente com a CPT, estiveram empenhados em se reunirem para trocar experiências e se organizarem de forma mais eficaz frente aos desafios conjunturais e enfrentamento nas lutas pela terra.

Diante de tais reflexões, no 1º Encontro Nacional realizado em Cascavel, no Paraná 1984 os movimentos se unificam em torno de um nome, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, com três objetivos principais, lutar pela terra, lutar pela reforma agrária e lutar pelas transformações sociais no país.

De lá pra cá, muitas foram às conquistas, mas os conflitos de uma densidade muito maior, muitos e muitas foram à vida tiradas de companheiros e companheiras assassinados/as na luta pela terra. As experiências foram fortalecendo a cada embate, primeiro com o latifúndio atrasado, depois com o Estado, e agora com o capital financeiro⁶, que passa ter domínio dos outros dois setores.

O MST incorpora, hoje em dia, o que é de mais confiável, novo, na política. Isto por quê? É um movimento que traz como patrimônio o sacrifício de vários dos seus membros, mas assimilando, por outro lado a parte heroica do sacrifício, nunca se apresentando como um movimento derrotado. Pelo contrário. Ele aproveita-se politicamente desse enfrentamento com as forças latifundiárias para mostrar a toda a sociedade a necessidade de se

⁶ Capital Financeiro é a junção do capital industrial com o capital bancário, fazendo surgir às empresas por ações: as Sociedades Anônimas. Esta fusão de capitais ganhou o nome de capital financeiro.

mudar a estrutura fundiária brasileira. Os mortos de Eldorado dos Carajás e de outras regiões são cobrados politicamente e apresentados como símbolos emblemáticos do arcaísmo social do Brasil. (MOURA,2000. P.135)

2.3 Massificação

O MST hoje é conhecido nacionalmente e internacionalmente por sua trajetória na luta pela terra, por sua capacidade organizativa com as massas que o compõem, pela realização de grandes marchas como a de 1997, pela capacidade política com a qual produz e conduz discussões e propostas para a sociedade brasileira. Sua trajetória de um movimento social com mais de trinta anos, o mais duradouro na história do país, só poderia estar vincula a capacidade de dar retorno à sociedade, bem como atrair e inserir novos membros na organização, seja por convicções política na necessidade de transformação da sociedade, seja pela necessidade de terra para a reprodução da vida produzindo alimentos para subsidiar o sustento da família.

Segundo Stedile e Frei Sérgio, os objetivos do MST são claramente definidos. Para eles “o objetivo de lutar por terra busca atender a uma necessidade econômica de sobrevivência de cada família sem terra. O “sem terra” aspira à terra como uma oportunidade de trabalho. Como uma garantia de sobrevivência para ele e para os seus filhos”. (...) Nesse sentido, almeja a terra como forma de sobrevivência econômica, tem um caráter de luta corporativa, sindical. A exemplo de quando os operários industriais lutam por melhores salários, lutam apenas por melhorar suas condições de sobrevivência”. (MOURA, 2000. P 137 e 138)

Ao longo desse período, muitas famílias se somaram a luta, alguma procurando os acampamentos para acampar, outras, são convidadas por parentes ou amigos que fazem parte do movimento, ou ainda recebem a visitas de integrantes do MST, que em determinados períodos, vão para os bairros dialogar com as famílias sobre o MST e como funcionam os acampamentos. Dessa forma, no trabalho “formiguinha” indo de casa em casa, ou reunindo um grupo de pessoas nos bairros para dialogar, tirar curiosidades, falar sobre o MST é que se organizaram muitos acampamentos no país.

O Movimento Sem Terra está organizado em 24 estados nas cinco regiões do país. No total, são cerca de 350 mil famílias que conquistaram a terra por meio da luta e da organização dos trabalhadores rurais. Mesmo depois de assentadas, estas famílias permanecem organizadas no MST, pois a conquista da terra é apenas o primeiro passo para a realização da Reforma Agrária. (Site, MST 2017)

O processo de massificação da vida ao MST é através dele que possibilita a continuidade da luta, das ocupações, da democratização da terra, da formação política, do desenvolvimento de novos militantes para a classe trabalhadora e o combustível da nossa organização e a força que move as ocupações.

Além de massificar se faz necessário criar condições para que as famílias que busquem os acampamentos como alternativa, ali permaneçam, dessa forma, as famílias discutem suas necessidades e como superá-las. Já nos primeiros acampamentos as famílias organizaram setores com próprios membros da comunidade e nessa trajetória vai surgindo o setor de saúde, esporte, finanças, alimentação, segurança, educação, entre outros. Dessa forma organizada e todos participando das discussões e encaminhamentos, todos se sentiam parte e responsáveis por aquele espaço.

2.4 O MST e a luta pela terra no estado do RS

Já vimos anteriormente, quando discutimos a formação do MST um pouco do protagonismo dos colonos nas ocupações de terra no noroeste gaúcho, no entanto, pretendo aqui me aprofundar mais sobre as relações criadas no âmbito da luta pela terra no estado, bem como, me deter na tentativa de interpretar a correlação das forças nesse embate na luta pela terra principalmente a partir da década de 1990.

Ao longo destes 33 anos de luta do MST no estado, os avanços e conquistas tidas pelo movimento foram muitas, bem como, o acúmulo de conhecimento para avançarmos no processo de Reforma Agrária e organização das famílias nos acampamentos e assentamentos.

Nos acampamentos, pelo grau de capacidade organizativa acumulada pelo movimento em buscar alternativas para garantir a permanência das famílias acampadas, atendendo a demanda como educação e saúde, mediante conquistas

anteriores, ainda por momentos mobilizações e pressões focem necessário para que houvesse tal garantia. Uma das fortes conquistas nesse período foi o da Escola Itinerante, a qual passou a ser legalizada em 1996, ainda que as experiências pedagógicas viessem sendo desenvolvidas anteriormente, pois com tanta criança em idade escolar, a educação era uma demanda ainda dos primeiros acampamentos.

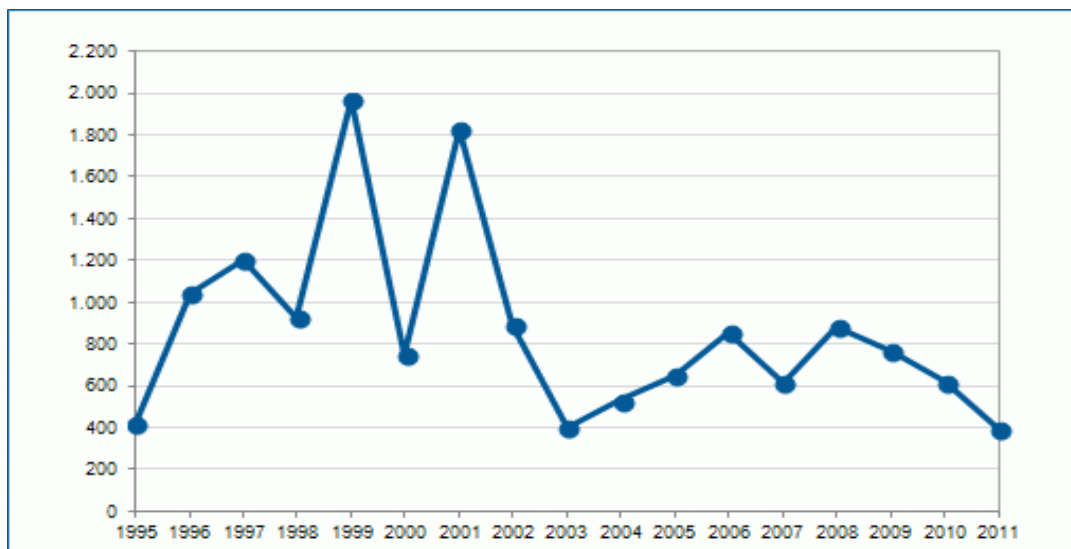
Tal conquista, possibilitou com que os acampamentos do estado pudessem se tornar mais atrativo para as famílias, facilitando a massificação, pois a preocupação com a escolaridade das crianças acampadas passa a ser superada, bem como, possibilita com que toda a família permaneça nos acampamentos. Assim quando houvesse luta ou mobilizações a escola acompanhava o acampamento onde quer que fosse.

Na década de 1990, o MST passa a ter uma visibilidade muito grande no RS, os acampamentos e assentamentos passam a ocupar territórios por todo o estado, avançando sobre a região sul onde se concentram os maiores latifúndios do estado.

(...) apenas o assentamento Itapuí/Meridional, criado no ano de 1988, não está localizado na mesorregião Noroeste Rio-Grandense, como os demais, pois se localiza na mesorregião Metropolitana de Porto Alegre.

Na década de 1990, o número de assentamentos subiu de 13 para 180, ou seja, foram criados mais 167 assentamentos no estado do RS. O aumento do número de assentamentos se deu a partir do ano de 1995. Entre este ano e 1999, registra-se a criação de 155 novos assentamentos no estado. Outra grande novidade desta década foi a expansão territorial dos assentamentos que até a década anterior concentrava-se na porção norte do estado e na década de 1990 avançou em direção à porção sul. (MELCHIORS, 2012. P 6 e 7)

Número de famílias assentadas pela Reforma Agrária no período 1995-2011 no RS



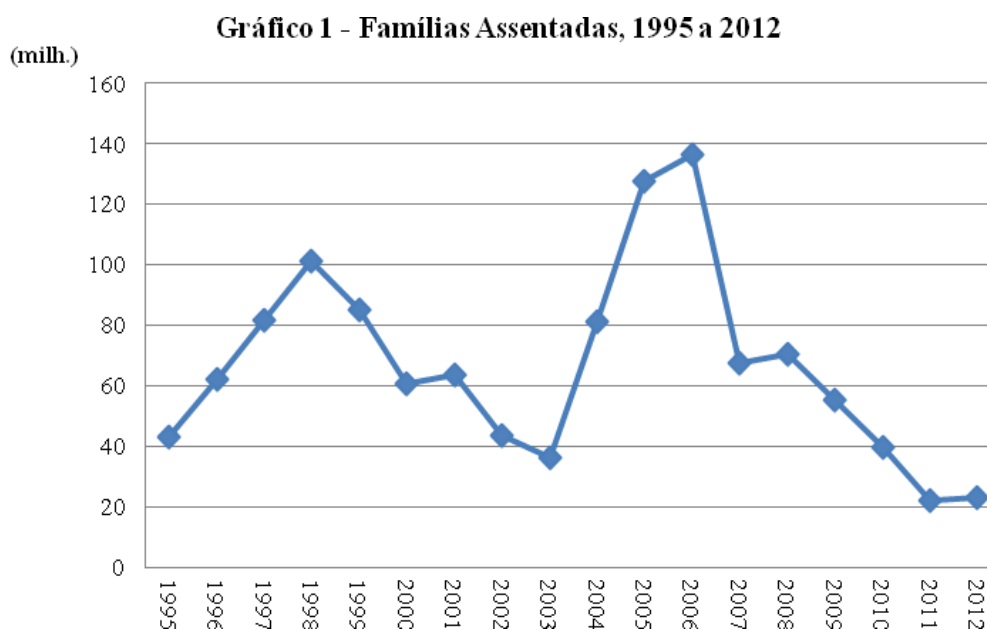
Fonte: INCRA 2012

Conforme gráfico anterior nos mostra, de 1999 a 2002 a quantidade de assentamentos no estado do RS cresceu muito. Período encabeçado por uma política progressista o governo petista de Olívio Dutra passa a desapropriar áreas no estado para fins de reforma agrária.

(...) governo estadual no período 1999 a 2002, que buscava a mudança, a transformação de um espaço que historicamente era domínio do latifúndio pecuarista – ou seja, a região da Campanha gaúcha e assim inseri-la no projeto de dinamização da Metade Sul do RS. Esta região era vista como àquela onde os processos eram lentos se comparados à Metade Norte, na qual o processo de modernização aconteceu intensivamente com o capital excluindo e expropriando ou criando seus espaços tecnificados. (MELCHIORS, 2012. P. 7)

Analisando o período de 1999 em diante percebe-se que no primeiro ano há uma elevação no número de assentados no estado, assentando em torno 2000 famílias, no ano que prossegue o número cai drasticamente e no posterior volta a subir novamente, nos três anos seguintes há nova queda e se eleva timidamente a partir de 2004, porém, até 2011 a estatística não se altera em grandes proporções, ficando muito abaixo dos anos de 1999 e 2001.

O Gráfico a seguir corresponde a dados nacionais, ele aponta que nos períodos de 2003 a 2006 foi o período em que mais famílias foram assentadas no Brasil entre 1995 e 2012.



FONTE: INCRA 2013

É provável, que a queda nos números de assentados no estado esteja ligado diretamente com o número de famílias acampada, pois a medida em que diminui o contingente para fazer a luta, diminui também as conquistas.

Em 2004, o MST, ocupa a Fazenda Coqueiros em Coqueiros do Sul, onde juntou todos os acampamentos do estado para realizar uma luta massiva, a partir do segundo dia de ocupação o local mais parecia uma cidade, os barracos não existiam, mas, muitas pequenas casas feitas de madeiras, a escola itinerante abrigou nesse período 521 educandos e educandas da pré-escola a 5ª série, esse período em que o conflito volta a se acirrar com força no estado. Após a retirada das famílias do local sobre forte repressão policial, organizam-se dois acampamentos próximos, os quais faziam divisa com a área ocupada anteriormente.

Em 2006, assume o governo do estado Yeda Crusius, entre seus objetivos, reprimir e imobilizar o MST, é nesse período em que começa a ganhar corpo um dossiê do Conselho Superior do Ministério Público, que passara a “investigar” e fazer segundo o documento, levantamentos de dados sobre as atividades do MST no estado.

No curso do levantamento de dados, constatou-se também que algumas medidas são possíveis para o enfrentamento do problema. Destarte, os órgãos signatários lançam as seguintes sugestões de atuação por parte do Ministério Público:

Sugere-se sejam tomadas medidas para, se necessário, ocorrer o ajuizamento de ações civis públicas com vista à desconstituição dos acampamentos que estejam sendo utilizados como “base de operações” para invasões de propriedades. Tal medida tem como fundamento, entre outros motivos que possam ser destacados nos casos concretos, a proteção da ordem pública, que é um direito difuso de toda a coletividade. Além disso, entende-se possível invocar o art. 1.277 do Código Civil, o qual trata do uso anormal ou nocivo da propriedade, como argumento de apoio em prol da desconstituição dos acampamentos. (THUMS 2009. P 92)

No trecho acima fica claro a evidente intenção de acabar com os acampamentos do MST no estado. Ainda assim, as mobilizações continuaram acontecendo, como em 2007, que o MST se põe em marcha em três colunas em direção a Fazenda Coqueiro, que de fato não foi desapropriada, porém, abriu caminho para novos assentamentos na região de São Gabriel.

Nem a forte chuva que tem assolado o Rio Grande do Sul conseguiu desanimar os 1,7 mil sem-terra que marcham há um mês no estado. Muito menos a Justiça de Carazinho que impetrou uma ação de interdito proibitório na Comarca, que abrange o município de Coqueiros do Sul, impedindo que os sem-terra entrem na cidade onde fica a Fazenda Guerra – destino final das três marchas. No dia 16, data de fechamento desta edição, uma coluna com 600 pessoas estava em Passo Fundo; uma outra com 500 estava em Ibirubá; e a última com 600 estava em Palmeira das Missões. (CASIRAGHI 2007, S/N)

No ano de 2008, o MST do Rio Grande do Sul sofreu perda da Escola Itinerante, na tentativa desesperado da burguesia em impedir que famílias acampassem com seus filhos. Dessa forma ameaçando claramente as famílias em responsabiliza-las perante a lei e cortando direitos a auxílios sociais como bolsa escola, além de acionar o conselho tutelar.

Sugere-se sejam tomadas medidas para, se necessário, ocorrer o ajuizamento de ações civis públicas com vista à proteção da infância e juventude em relação às bases pedagógicas veiculadas nas escolas (...) grifou-se. 116 mantidas ou geridas pelo MST, nitidamente contrárias aos princípios contidos na Constituição Federal e que embasam o Estado Democrático de Direito. Da mesma forma, sugere-se a tomada de medidas

judiciais, se necessário, para impedir a presença de crianças e adolescentes em acampamentos, assim como em marchas, colunas ou outros deslocamentos em massa de sem-terras, tendo em vista serem ambientes notoriamente inadequados para pessoas em processo de desenvolvimento. (THUMS 2009, P 115 e 116).

A base de tal discussão já anunciada anteriormente, para ganhar apoio e simpatia da sociedade, pois a mídia e veículos de comunicação já preparavam terreno há algum tempo.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) criou sua própria versão das madraçais – os internatos religiosos muçulmanos em que crianças aprendem a recitar o *Corão* e dar a vida em nome do Islã. Nas 1.800 escolas instaladas em acampamentos e assentamentos do MST, crianças entre 7 e 14 anos de idade aprendem a defender o socialismo, a "desenvolver a consciência revolucionária" e a cultuar personalidades do comunismo como Karl Marx, Ho Chi Minh e Che Guevara. "Sem-terrinha em ação, *pra* fazer a revolução!", gritam os alunos, de mãos dadas, ao final de eventos e apresentações. Pelo menos 1.000 dessas escolas são reconhecidas pelos conselhos estaduais de educação – o que significa que têm status idêntico a qualquer outro estabelecimento de ensino da rede pública e que seus professores são pagos com dinheiro do contribuinte. Elas nasceram informais, fruto da necessidade de alfabetizar e educar os filhos de militantes do movimento – que chegam a ficar durante anos acampados nas fazendas que invadem, à espera da desapropriação.[...] A reportagem de VEJA visitou duas delas, ambas no Rio Grande do Sul. Tanto a escola Nova Sociedade, em Nova Santa Rita, quanto a Chico Mendes, em Hulha Negra, exibem, nas classes e no pátio, a bandeira do MST; no currículo, abordagens ausentes da cartilha do Ministério da Educação e que transmitem a ideologia sem-terra. (WEINBERG. 2004, p. 1)

A medida que se desenrolava os conflitos, se acirrava a preção do movimento para desapropriação de novas áreas. Por outro lado a forma repressiva a qual a polícia e os órgãos públicos passaram a agir com as famílias acampadas, sendo dificultando o atendimento e acesso a saúde pública, sendo coibindo o direito de ir e vir com constantes batidas e revistas. Isso tudo associado aos meios de comunicações locais que denegriam a imagem do MST, se fundiram em ações que desmobilizaram os acampamentos no estado.

O período era de descendo de massas, desde 2004 estava difícil massificar, os acampamentos passaram a ser menores, e chagamos em 2008, com um total de 1.282 famílias assentadas neste período de quatro anos, como demonstra tabela em anexo, (anexo V). O esvaziamento os acampamentos do MST no estado nos fragilizou para as lutas e passamos um período com em torno de 37 famílias

acampadas no estado, as quais não se propuseram migrar para a região onde seriam assentadas na esperança de conquistarem a terra no região norte do estado. Parte delas ainda hoje acampada em Passo Fundo.

A partir de 2008 o MST passou a ter muitas dificuldades de organizar novos acampamentos, a massificação constatava que as famílias do bairros e vilas, tinham outras alternativas de trabalho, não tendo horizonte ou perspectiva de ir acampar, muitos tiveram acesso a moradias com mais qualidade e o renda das famílias aumentou, dificultando assim o surgimento de novos acampamentos do MST no estado.

Na tabela Abaixo temos os número de acampamentos e famílias acampadas entre 2013 e 2017, segundo dados do setor da Frente de Massa do MST- RS.

Acampamento Rio Grande do Sul - Outubro/17			
Município	Nº Famílias	Localização	Ano
Cruz Alta	200	Chácara próximo Bairro Ibigay	2013
Passo Fundo	250	área do Dalagnol	2013
Candiota	10	estrada interna assentamento	2014
Charqueadas	150	No trevo acesso charqueadas	2015
Charqueadas	100	Área próxima rodovia 290	2015
São Gabriel	100	Beira Rodovia próximo Município de Santa Margarida	2016
Santana do Livramento	100	Trevo Livramento/Dom Pedrito	2016
Taquari	80	Área da Fepagro	2017
Total	990		

Fonte: MST-RS

O maior acampamento desse período reuniu apenas 250 famílias, sendo em um período de cinco anos, atingimos um total de 990 famílias, sendo um saldo muito baixo de apenas 198 novas famílias por ano.

Capítulo 3 Acampamentos Rotativos

3.1 Criação e finalidade

Em 2008, na tentativa frustrada de organizar três acampamentos no estado com expectativa de no mínimo 600 famílias na soma geral, percebe-se a necessidade de um novo planejamento, o qual possa ser mais atrativo e viabilize a continuação da luta pela terra no estado. Pois com a dificuldade na organização das famílias, bem como a indisposição ou inviabilidade de morar no acampamento.

A medida da inviabilidade diante da nova conjuntura houve a necessidade de pensar novas estratégias, em vista do enfrentamento, com as forças contrárias que agora exigem o fim do MST no estado. A repressão passa a aumentar, Em 2009 o assassinato de Elton Brum em São Gabriel por um policial, o qual atirou com arma calibre 12 pelas costas dava a tonalidade, bem como amedrontava as famílias em buscar o acampamentos como alternativa.

A estratégia de unificar o MAB, MPA e MST nos acampamentos da região norte do RS não foi o suficiente, pois a discussão em torno da luta pela terra com as comunidade não se efetivou. Dessa forma a organização em um mesmo espaço se tornou inviável também pelas contradições política e forma organizativa diferenciada entre os movimentos. Com o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) surge em 2009 em Palmeiras das Missões e vai até 2010 e Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) de 2010 á 2015 onde sai a conquista que é uma área em Esmeralda.

Dessas experiências de acampamento em 2009, surgem os acampamentos rotativos, os quais passam a ser organizados pelo MST. A avaliação feita pelo MST de que os tempos são outros e a forma organizativa dos acampamentos já não davam o suporte necessário para a trazer as famílias para a luta.

Dessa forma, como parte da solução foi organizado grupos de famílias as quais não moram no acampamento, estas famílias tem como responsabilidade manter um membro do grupo no acampamento em constante dialogo com as famílias a qual ele representava, e os demais tenham a tarefa de organizar e mobilizar mais pessoas em suas comunidades.

O método não se mostrou eficaz, diante dessa avaliação em 2014 as famílias que fazem parte dos grupos rotativos precisam passar os fins de semana no acampamento, também teriam como tarefa participar das mobilizações quando houvesse. Dessa forma, as lutas seriam massivas, e teria mais força no enfrentamento da luta de classe, porém os acampamentos perderiam mobilidade, tendo que se fixar de forma permanente na região.

3.2 Famílias acampadas e seus objetivos com o acampamento.

O Acampamento Terra e Vida, localizado em Passo Fundo possui no momento 35 famílias internas (permanente) e 25 famílias externa (rotativa), totalizando 60 Famílias. O acampamento fica à 1,5 KM da cidade, os barracos com poucas mobílias, algumas improvisadas com galhos como prateleira ou bastante velhas acusam o desgaste e o tempo de luta, em sua maioria ainda de lona preta, com luz e água potável a disposição. Da mesma forma, o acampamento de Charqueadas possui luz e água, no caso da água, ela é trazida por caminhões pipa para o acampamento. (Fotos dos acampamentos anexos VI).

Falar das famílias acampadas nos acampamentos rotativos é falar de pessoas, que ainda que estejam acampadas e buscando na luta a conquista da terra possuem condições de vida diferenciadas. Por um lado temos famílias as quais se denominam permanentes. Estas famílias são aquela que moram nos acampamentos, algumas delas há aproximadamente dez anos, a espera de terra na região, outras a dois ou três anos em sua maioria. Os filhos dos acampados permanentes estudam próximos ao acampamento e o transporte escolar quem os leva e traz, é um momento difícil no acampamento e querem sair logo dessa realidade e veem no assentamento a oportunidade de melhorar de vida, ou como disse 7 família das que visitei, dar uma vida melhor para os filhos.

Os acampados rotativos vivem outra dinâmica, trabalham na cidade, boa parte com carteira assinada, possuem uma vida economicamente ativa, mas buscam o assentamento como uma forma de ampliar a qualidade de vida, cuja ainda que empregados possuam alguma dificuldade em viver na cidade e buscam na agricultura uma alternativa para o futuro.

3.3 Acampamentos rotativos em seus limites e potencialidades

Os acampamentos rotativos, diante das novas demandas, muito em vista da massificação, tem se tornado uma alternativa viável para que pessoas com pouca disponibilidade de morar e acompanhar os acampamentos de forma permanente, possam, além do direito de acessar a terra, ter a oportunidade de lutar por ela, tendo em vista, que a história tem nos mostrado que com muita luta está difícil alcançar as conquistas, mas elas chegam, porém sem luta não há conquistas para a classe trabalhadora.

O MST com os acampamentos Rotativos perde muito na mobilidade para as lutas, pois como muitas das famílias moram fora do acampamento à dificuldade de organização, bem como a o aumento dos riscos de vazamento de informação antes da ação acontecer. Pois bem, se o combinado com as famílias é que todos participem nas mobilizações, ou se faz nos fim de semanas ou ao chamar no meio da semana traz consigo duas problemáticas, uma que ao convocar dezenas de famílias já sinaliza que vai ter mobilização e o risco de vazamento de informação e interferência da polícia é grande. Outra que tem trabalho precisa pedir liberação para o patrão, é bem possível que não ganhe, a não ser que o cidadão seja autônomo.

Além disso, as mobilizações terão fragilidade devido ao tempo, pois não poderão ter o caráter de lutas por períodos de tempo maiores, se condicionando a possibilidade de seus membros. Outro fator é a organicidade, pois sem participarem ativamente dos acampamentos e sem experiência organizativa, tendem a ter maior dificuldades em participarem de ações como ocupações e atividades cuja tenha auto grau de possibilidade de repressão, pois ela não vê o acampamento como sua casa, não é sua única opção e a falta de preparação política para interpretar a necessidade da intensidade luta em alguns momentos, facilmente significará a desistência.

Nos acampamentos, a falta de interação entre os acampados rotativos e os permanentes causa certo estranhamento entre tais grupos, muitas famílias que moram nos acampamentos discordam da forma em que funciona os rotativos.

Por outro lado, a luta de classe também é uma luta que se precisa de estratégia, de adaptação conforme o período histórico, de entender que as mudanças são necessárias quando a conjuntura não nos favorece, e que precisamos juntar forças e a massa de trabalhadores/as é essa força que precisamos trazer para a luta de classe.

Como os acampamentos se tornam fixos, tem-se a oportunidade de realizar plantio da área, como em Passo Fundo, a qual contribui com a alimentação da famílias que lá estão além do retorno financeiro dos produtos na feira que será organizada pelo acampamento na cidade. No ano passado o INCRA parou de repassar as cestas básicas para as famílias acampadas, que agora se mantem com a contribuição financeira dos acampados rotativos que pagam mensalidade de 50 reais para contribuir com as famílias que lá estão, visto que agora o acampamento investe parte do dinheiro para ajudar na alimentação dos acampados permanentes⁷.

⁷ Após a última jornada de luta, foi negociada a cesta básica para os acampamentos e que a Conab já havia comprando parte os itens a serem entregues.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer do tempo analisado, a luta pela terra vem sendo uma constante na história do Brasil, pois as marcas da pobreza em um país tão rico, porém tão desigual, é o paradigma a ser resolvido. A concentração de terra condiz com a concentração de renda, onde tantos com tão pouco e poucos com quase tudo.

No período e efervescência da luta pela terra no Rio grande do Sul, pegando do final dos anos 1970, 1980 e 1990, os acampamentos massivos proporcionavam uma força no embate de classes que geraram grandes conquistas para os camponeses do estado, seja na quantidade de famílias assentadas, seja pelas escolas de acampamentos, seja pela formação política da militância a qual permanece atuando, nos diversos setores e escolas da organização.

Nos períodos onde as crises assolam o país e as dificuldades aumentam, aumenta também, o número de famílias acampadas no MST do estado, em busca de nova alternativa, a terra. À medida que aumentam as dificuldades financeiras para viabilizar a subsistência familiar, os acampamentos são alternativas, onde a alimentação, ainda que de forma precária estivesse ao alcance de todos até a conquista da terra, para, além disso, o sonho de ter autonomia sobre seu trabalho e sua produção para o auto sustento, e ainda produzir excedente para o comércio aumentado a renda familiar, dando garantia de uma vida com melhores condições de trabalho diante da conquista da terra, essa segurança, trazida pelos acampamentos era a garantia que muitas famílias esperavam ter, além dos muitos casos onde os barracos de lona preta se tornava a única casa dos acampados e ali viviam com a família toda até chegar ao assentamento.

Essa ascensão na luta se dava com famílias atingidas direta ou indiretamente pelos processos de grilagens, mecanização do campo e desemprego, intensificado com o neoliberalismo à medida que as políticas passam a incentivar a monocultura em larga escala para a produção de commodities, além disso as terras também passam a ser disputadas pelas empresas transnacionais para fins de investimentos na agricultura e extração mineral, e dessa forma, as pequenas unidades agrícolas onde moravam camponês os quais não eram proprietários da terra, como meeiros, arrendatários, posseiros, foram tomadas pelo latifúndio para a

plântio da monocultura, os assalariados rurais, muitos substituídos pela mecanização também fazem parte desse contingente que sem empregos na cidade e sem renda no campo passam a lutar pela terra.

Nos anos em que o neodesenvolvimentismo passa a apresentar alternativas de desenvolvimento não apenas com autos investimentos nos setores agrários, principalmente no agronegócio, mas também na indústria e em programas sociais, ela passa a atender as demandas dos setores da sociedade que antes excluídos de políticas públicas e do mercado de trabalho. Agora diante dessa nova conjuntura social, onde o mercado de trabalho está aquecido, e as políticas públicas como Bolsa Família, que ajuda na compra de alimentação, Minha Casa Minha Vida que vem atendendo a demanda de moradia das famílias, as facilidades no acesso a universidade, esse conjunto de ações trás novas perspectivas as pessoas de baixa renda, as quais faziam parte do público alvo das massificações de MST.

Isso somado á forte ofensiva sofrida pelo MST no estado, a caçada do ministério público as lideranças e a criminalização do movimento foram as os fatores que interferiram diretamente no posicionamento do MST do Rio Grande do Sul em pensar novas alternativas para o enfrentamento na luta pela Reforma Agrária no estado, da surge a ideia dos acampamentos rotativos no estado.

Os acampamentos rotativos foram uma experiência pensada para dar retorno principalmente no que se refere a aumentar o número de famílias nos acampamentos do MST, bem como disseminar as discussões da reforma agrária nas comunidades.

Tal forma de acampamento, de fato trouxe para a luta pessoas que não teriam disponibilidade para morar em acampamentos, porém os resultados nos últimos anos não tem sido satisfatório, a massificação não atingiu o número esperado, pois as famílias não participam, apenas um membro da família comparece no acampamento e nas mobilizações, quando vai. Além disso, a preparação de militantes para a organização do MST, fica fragilizada com esses trabalhadores e trabalhadoras, pois o tempo de permanência nos acampamentos que é muito curto não tem dado conta para tais estudos e reflexões.

As lutas tendem perde força se pensarmos na ótica de tempo pra os acampados rotativos, pois a falta de disponibilidade de permanência dos mesmos em mobilizações tira autonomia do movimento, pois se deixa de planejar tão

somente em vistas das negociações e resultados devido ao prazo de retorno de parte do contingente mobilizado.

Contudo, diante das dificuldades enfrentadas pelo MST do estado do Rio Grande do Sul devido do descenso de massas. A alternativa viabilizada com os acampamentos rotativos tem sido de suma importância para a manutenção dos acampamentos ao longo deste tempo, no entanto, tal forma de organicidade não se mostrou eficaz na formação de militantes, algo essencial para a continuação do movimento e da luta de classes. Este ano temos no momento segundo levantamento em ambos os acampamentos 75 famílias rotativas (Charqueadas 40 Famílias e Passo Fundo 35 famílias), o que nos dá indícios de que a massificação neste momento, mesmo com a nova organicidade está tornando-se fraca.

Estamos vivendo um período em que muitos das conquistas obtidas pela classe trabalhadoras vêm sofrendo vários golpes, a terceirização, as alterações na Previdência Social, o fechamento de universidades, as privatizações, o desemprego voltando a crescer. Tal situação pode nos levar a um novo ciclo, onde a precarização dos direitos sociais e a baixa na qualidade de vida afetarão as classes subalternas, onde a necessidade de lutas políticas entre elas pela Reforma Agrária será alternativa viável a população. Dessa forma, se faz necessário estar atento a novas possibilidades, que permitam uma organicidade que possa contemplar todas as necessidades das famílias acampadas e da organização em vista da Reforma Agrária Popular e na formação de base para a permanência da luta de classes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MST A cartilha “**Programa agrário** - Texto em construção para o VI Congresso Nacional” é uma publicação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Diagramação: Secretaria Nacional do MST , fevereiro de 2014

BOGO, Ademar : **AS MUDANÇAS ESTRUTURAIS NA AGRICULTURA**. In. outubro 2010.

STÉDILE, João Pedro. **A questão agrária no país: O debate na década de 2000**. Expressão Popular 1ª edi. São Paulo. 2013

Dossiê Questão Agrária. **O MST e a questão agrária**. Entrevista com João Pedro Stédile. Estud. av. vol.11 no.31 São Paulo Set./Dec. 1997 Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141997000300005> . Acesso em 10/10/2017

CASIRAGHI 2007, S/N. Disponível em:< <https://www.brasildefato.com.br/node/984/>> Acessado em: 10/10/2017

DELGADO, Guilherme Costa. **A Questão Agrária no Brasil, 1950-2003**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada 1 Introdução A abordagem da Questão Agrária. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/126539/mod_resource/content/2/Guilherme%20%20Delgado%20Quest%c3%a3o%20Agr%c3%a1ria.pdf. Acesso em 29/09/2017

TEIXERA, Gerson. **Subsídios para a análise do abastecimento de alimentos básicos no Brasil**. In, fevereiro 2014.

MOURA, Clóvis. **Sociologia política da guerra camponesa de canudos: Da destruição de Belo Monte ao aparecimento do MST**. Expressão Popular, 1ª edição. São Paulo, 2000

<http://www.previdencia.gov.br/servicos-ao-cidadao/informacoes-gerais/historico-valor-salario-minimo-teto-contribuicao/>

https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/Evolucao_emprego_carteira_trabalho_assinada.pdf

IBGE. Economia e Emprego. Encontrado em: < <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2013/04/mais-de-80-dos-empregados-do-setor-privado-possuiam-carteira-de-trabalho-assinada-em-2012> > acesso em /15/10/2017

PORTAL BRASIL, Ministério do desenvolvimento Minha Casa Minha Vida atinge 3,857 milhões de moradias. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/infraestrutura/2015/05/minha-casa-minha-vida-atinge-3-857-milhoes-de-moradias>>. Acesso em: 15/10/2017

BOARQUE, Cristovam, Ministério da educação. **Mapa do analfabetismo no Brasil**. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/documents/186968/485745/Mapa+do+analfabetismo+no+Brasil/a53ac9ee-c0c0-4727-b216-035c65c45e1b?version=1.3> > Acesso em 15/10/2017

JUNGMANN, Raul. **Livro branco da grilagem de terras**. Ministério da Política Fundiária e do Desenvolvimento Agrário. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/media/servicos/publicacao/livros_revistas_e_cartilhas/Livro%20Branco%20da%20Grilagem%20de%20Terras.pdf>. Acesso em 14/10/2017.

WOLFFENBÜTTEL, Andréa. **O que é índice de Gine**. Ipea: desafio de desenvolvimento ano 1. 4ª edição. 2004. Disponível em: < http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2048:catid=28&Itemid=23 >. Acesso em 14/10/2017

AGRÁRIO. Ministério do Desenvolvimento. **Plano safra agricultura familiar 2010/201**. Disponível em: <http://www.agricultura.pr.gov.br/arquivos/File/deral/psafra_ag_familiar_2010_11.pdf>. Acesso em 8/10/2017.

IPEA: **analfabetismo é maior no meio rural e entre adultos**. Disponível em <<http://noticias.terra.com.br/educacao/interna/0,,OI3253919-EI8266,00Ipea+analfabetismo+e+maior+no+meio+rural+e+entre+adultos.html>> . Acesso em 05/11/2017

WEISSHEIMER, Marco Aurélio. **Bolça Família: Avanços, limites e possibilidades do programa que está transformando o Brasil**. Editora, Fundação Perseu Abramo, 2ªedição, São Paulo 2010.

WEINBERG, Monica. Madraçais do MST. Revista Veja, Edição 1870 . 8 de setembro de 2004 Disponível em: <http://origin.veja.abril.com.br/080904/p_046.html> Acesso em 08/10/2017

THUMS, Gilberto. **CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 16315-0900/07-9 ORIGEM:** Conselho Superior do Ministério Público **INVESTIGADO:** MST – Levantamento de dados sobre suas atividades no Rio Grande do Sul. Disponível em <http://zerohora.clicrbs.com.br/pdf/4583377.pdf>. Acesso em 08/10/2017

ATLAS, social econômico do RS disponível em: <<http://www.atlassocioeconomico.rs.gov.br/assentamentos-rurais>> Acesso em 15/10/2017

MST. **Nossa História**. Disponível em <<http://www.mst.org.br/assets/img/nossa-historia/marcha1997.jpg>>. Acesso em 10/10/2017

SIGAUD, Lygia. **As condições de possibilidade das ocupações de terra.** Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/ts/v17n1/v17n1a10.pdf>>. Acesso em 10/10/2017

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil.** 2ªedição, Editora Vozes, RJ 2000.

MELCHIORS, Joel Luís e Michele Lindner. **Data luta/ Universidade federal do Rio Grande do Sul/ relatório 2012**

MST. No RS, **sem-terra prosseguem marcha por fazenda Coqueiros.** Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/node/984/>. Acesso em 10/10/2017

ANEXOS:**Anexo I****TABELA DE EVOLUÇÃO DOS VALORES NOMINAIS DO SALÁRIO MÍNIMO E TETO A PARTIR DE 09/1994**

VIGÊNCIA	VALOR DE REFERENCIA (EM R\$)			
	HORA	DIA	MÍNIMO	TETO
01/01/2017	4,26	31,23	937,00	5.531,31
01/01/2016	4,00	29,33	880,00	5.189,82
01/01/2015	3,58	26,27	788,00	4.663,75
01/01/2014	3,29	24,13	724,00	4.390,24
01/01/2013	3,08	22,60	678,00	4.159,00
01/01/2012	2,83	20,73	622,00	3.916,20
01/03/2011	2,48	18,17	545,00	3.691,74
01/01/2011	2,45	18,00	540,00	3.689,66
01/01/2010	2,32	17,00	510,00	3.467,40
01/02/2009	2,11	15,50	465,00	3.218,90
01/03/2008	1,89	13,83	415,00	3.038,99
01/04/2007	1,73	12,67	380,00	2.894,28
01/04/2006	1,59	11,67	350,00	2.801,56*
01/05/2005	1,36	10,00	300,00	2.668,15
01/05/2004	1,18	8,67	260,00	2.508,72
01/04/2003	1,09	8,00	240,00	2.400,00
01/04/2002	0,91	6,67	200,00	1.561,56
01/04/2001	0,82	6,00	180,00	1.430,00
03/04/2000	0,69	5,03	151,00	1.328,25
01/05/1999	0,62	4,53	136,00	1.255,32
01/05/1998	0,59	4,33	130,00	1.200,00
01/05/1997	0,54	4,00	120,00	1.031,87
01/05/1996	0,51	3,73	112,00	957,56
01/05/1995	0,45	3,33	100,00	832,66
01/09/1994	0,32	2,33	70,00	582,66

FONTE: Previdência Social. 2017

<http://www.previdencia.gov.br/servicos-ao-cidadao/informacoes-gerais/historico-valor-salario-minimo-teto-contribuicao/>

Anexo II

Índice de Gini. 2004

Posição Ranking Mundial	País	Índice
1	Hungria	0,244
2	Dinamarca	0,247
3	Japão	0,249
76	EUA	0,408
90	China	0,447
93	Rússia	0,456
112	México	0,546
118	Chile	0,571
191	Colômbia	0,576
120	Brasil	0,591
121	África do Sul	0,593
127	Namíbia	0,707

FONTE Ipea: http://www.ipea.gov.br/desafios/images/stories/imagens_indicadores/gini.gif

Anexo III

Quantidade de áreas que tiveram seus cadastros cancelados pelo INCRA

Nº	UF	Nº DE IMÓVEIS	ÁREA (ha)
1	AC	90	3.593.342
2	AL	3	41.004
3	AM	187	13.905.002
4	AP	15	813.978
5	BA	255	5.749.659
6	CE	11	153.132
7	ES	6	159.622
8	GO	75	1.306.363
9	MA	153	4.087.075
10	MG	138	2.635.464
11	MS	363	7.211.831
12	MT	960	22.779.586
13	PA	422	20.817.483
14	PE	1	21.850
15	PI	128	2.965.724
16	PR	19	584.194
17	RJ	2	23.423
18	RN	4	66.977
19	RO	56	1.381.623
20	RR	9	219.864
21	RS	10	113.183
22	SC	1	10.664
23	SP	40	2.114.539
24	TO	117	2.865.005
TOTAL		3.065	93.620.587

Fonte: INCRA 2014

Anexo IV

SEM TERRA

**BOLETIM INFORMATIVO DA CAMPANHA DE
SOLIDARIEDADE AOS AGRICULTORES SEM TERRA**

CARTA DOS COLÔNOS ACAMPADOS EM ROSINA ALTA

* Nós somos mais de 500 famílias de agricultores que vivia-
mos nesta região (Alto Uruguai), como posseiros arrendatários, posseiros
da Área Indígena, pedreiros, diaristas, mecânicos, apetrechados, parciais, etc...
Desse jeito já não conseguimos mais viver, pois não há muita insegurança
e muitas vezes não se tem o que comer. Na cidade não podemos ir, porque
não sabemos trabalhar lá. Nas crises no trabalho da fazenda é lá isto
que sabemos fazer.

Muitos de nós já se inscreveram três, quatro ou cinco vezes
na sede da Fazenda Sarandi para conseguir um pedaço de terra. No ano passado
não recorremos aos políticos e ao Secretário de Agricultura e nada con-
seguimos. Fomos aos sindicatos e estes pouco puderam fazer. Como não te-
mos a quem recorrer, resolvemos acampar na beira da estrada para ver se
se conjuntemos conseguimos uma solução.

Estamos muito mal alojados, muitos até passam fome e frio,
mas estamos dispostos a ficar aqui até conseguirmos terra que precisamos
para trabalhar como colônos.

Sabemos que tem terra no Estado para todos nós e para mil-
toes mais que nós não temos precisas, só que estas terras estão na mão
dos ricos que não precisam delas para viver. Muitos delas até foram na
cidade, como é o caso de vários que se apoderaram de grande parte da fa-
zenda Sarandi que foi desapropriada para os colônos, mas acabou sendo en-
tregado pelo governo para aqueles de lá que não precisam. Só estas ter-
ras são para todos nós e muito mais gente.

Como agricultores achamos que temos o direito a ter um pe-
daço de terra para plantar alimentos para nossas famílias e para os
da cidade. Não queremos a terra dada, queremos pagá-la com o nosso tra-
balho.

Muita gente do governo veio aqui para fazer nós desistir o
ferocidade espreço pelo salário mínimo, e terras no norte, de onde estão
voltando nossos companheiros que foram levados para lá. Também muita gen-
te veio nos dar apoio, muitas entidades e até sindicatos nossos e várias
igrejas, etc...

Solicitamos seu apoio, do jeito que der, para esta nossa
luta. Ficamos muito contentes e agradecidos com esse seu apoio, pois com
ele não ficamos aqui acampados até conseguirmos nossa terra para trabalhar.*

* PÃO DA PAZ, É TERRA E JUSTIÇA PARA TODOS *

* TERRA PARA QUEM TRABALHA NELA *

CARTA DECIDIDA EM ASSEMBLÉIA EM 15 DE MAIO DE 1981.

VEJA COMO APOIAR NA ÚLTIMA PÁG.

Anexo V

Tabela de assentamentos no RS: 2006/2008

MUNICÍPIO	CAPACIDADE	FAMÍLIAS ASSENT.	ÁREA PA	DT CRIAÇÃO
ITACURUBI	175	161	3716,9303	18/12/2006
JÓIA	85	85	1116,6415	18/12/2006
BAGÉ	10	10	20,45	01/12/2006
BOSSOROCA	17	15	213,0515	28/12/2006
FAXINAL DO SOTURNO	11	11	58,2251	31/10/2006
HULHA NEGRA	4	4	115,7394	24/01/2006
SANTANA DO LIVRAMENTO	43	41	1340,7139	06/04/2006
SANTANA DO LIVRAMENTO	33	26	782,8475	26/07/2006
SANTANA DO LIVRAMENTO	12	11	301,8543	06/04/2006
BOA VISTA DO INCRA	9	8	94,4668	16/08/2006
BOSSOROCA	29	26	413,1778	05/09/2007
ELDORADO DO SUL	72	72	952,855	17/12/2007
ESMERALDA	32	32	658,84	04/10/2007
SÃO LUIZ GONZAGA	53	49	829,5496	15/08/2007
SANTANA DO LIVRAMENTO	43	34	997,2834	02/04/2007
SANTANA DO LIVRAMENTO	11	11	258,3857	02/04/2007
IBIAÇÁ	23	23	301,6299	11/12/2007
ALEGRETE	63	56	1197,1519	09/12/2008
BARRAÇÃO	54	34	1260,0254	17/11/2008
ESMERALDA	34	27	779,2422	17/11/2008
ESMERALDA	20	16	297,5141	15/12/2008
SÃO GABRIEL	25	23	548,7016	05/12/2008
SÃO GABRIEL	6	5	122,3308	05/12/2008
SÃO GABRIEL	99	98	2037,8334	11/12/2008
SÃO GABRIEL	225	221	4953,1315	11/12/2008
SANTA MARGARIDA DO SUL	86	87	1615,3121	05/12/2008
SÃO JOSÉ DO OURO	59	37	1101,6479	15/12/2008
SANTANA DO LIVRAMENTO	65	59	1374,6384	20/06/2008

FONTE: INCRA-RS <http://www.incra.gov.br/rs>

Nº de famílias assentadas no período 1.282

Anexo VI

Acampamento Terra e Vida, Passo Fundo - RS



Entrada do acampamento



Parte interna do acampamento



Cozinha coletiva



Cozinha coletiva



Horta do acampamento



Horta do acampamento

Acampamento de Charqueadas- RS



Parte interna do Acampamento de Charqueadas



Entrada do acampamento de Charqueadas